

Palestina dividida

21-Dez-2007

No dia 13 de Junho, o Hamas hasteou as bandeiras verdes do movimento num dos últimos bastiões da Fatah na Cidade de Gaza, o Quartel General de Segurança Preventiva, concluindo a operação militar que o levou a assumir o controlo total da Faixa de Gaza e a expulsar as forças fiéis ao presidente palestino Mahmud Abbas e à Fatah do território. Entretanto, a Fatah tentava assegurar o controlo da Cisjordânia, iniciando uma campanha de detenção de cerca de 1500 militantes do Hamas.

Consumou-se desta forma a divisão dos territórios palestinos entre uma Gaza controlada pelo Hamas e uma Cisjordânia controlada pela Fatah. No dia seguinte, Mahmud Abbas demitiu o governo de unidade entre o Hamas e a Fatah, cujo primeiro-ministro era o líder do Hamas, Ismail Haniyeh, proclamando o "estado de emergência" nos territórios palestinos.

Em 16 de Junho, Haniyeh, o vencedor das últimas eleições, afirmou que não reconhecia o novo executivo nomeado por Abbas e liderado por Salam Fayyad, um tecnocrata que no dissolvido Governo de unidade era o titular do Ministério das Finanças. Haniyeh esclareceu não querer um Estado separado na Faixa de Gaza.

Haniyeh afirmou que o seu governo era o único legítimo, porque emanava do Parlamento eleito democraticamente, e que, por isso, iria continuar o seu trabalho. Haniyeh recusou-se a equiparar o controlo de Gaza a um golpe de estado e rejeitou a criação de um Estado na Faixa de Gaza, separado da Cisjordânia, mostrando-se favorável a uma "amnistia geral" na sequência dos confrontos que fizeram 116 mortos e 550 feridos.

Ao mesmo tempo, a nomeação de Salam Fayyad era bem acolhida pelo Ocidente. Numa reunião de emergência, os dirigentes do Quarteto para o Médio Oriente (EUA, Rússia, União Europeia e ONU) enviaram uma "clara mensagem de apoio" a Abbas.

No mesmo dia, em Gaza, milhares de palestinos saíram às ruas em diferentes pontos da Faixa de Gaza, para comemorar a "vitória" do Hamas.

No dia 17 de Junho, ao mesmo tempo em que apresentava o novo governo palestino, composto por 14 ministros, nenhum deles do Hamas, Abbas emitia dois importantes decretos: um que permitia ao novo executivo governar sem a aprovação do parlamento em que o Hamas tinha a maioria; outro que determinava a ilegalização do movimento islâmico, "por terem levado a cabo uma rebelião armada contra a legitimidade palestina e as suas instituições".

Israel entretanto apertava o embargo a Gaza. "Israel reforçará o isolamento da Faixa de Gaza e não vai deixar passar nada, excepto electricidade e água", afirmou à rádio militar Ben Eliezer, membro do gabinete de segurança.

No dia 18 de Junho, os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia e o governo dos EUA decidiram retomar a ajuda directa ao novo governo palestino, ao mesmo tempo que a Faixa de Gaza continuava com as fronteiras fechadas.

No mesmo dia, o Irão denunciava o novo governo como contrário à democracia e a Rússia pedia a Fayyad que dialogasse com todas as forças palestinas, incluindo o Hamas.

Para o activista de direitos humanos e analista israelense Uri Avnery, o momento escolhido pelo Hamas para ocupar Gaza não foi acidental. "Os líderes do Hamas decidiram que não tinham alternativa senão destruir as organizações que têm ligações à Fatah e que recebem ordens de Mahmoud Abbas. Os EUA ordenaram a Israel que fornecesse a estas organizações quantidades generosas de armas, para que pudessem combater o Hamas. Aos olhos desta organização, o ataque aos fortes da Fatah na Faixa de Gaza foi uma guerra preventiva. As organizações de Abbas e Dahlan derreteram como neve sob o sol palestino. O Hamas tomou, facilmente, a Faixa de Gaza."

A 25 de Junho, a organização Oxfam alertou para a crise humanitária em Gaza, condenando o bloqueio israelita e alertando para o risco de uma crise humanitária iminente, caso não fosse autorizada a distribuição de alimentos e medicamentos aos 1,3 milhões de habitantes do território. No dia 20 de Julho, os representantes dos EUA, ONU, União Europeia e Rússia disseram ser favoráveis à criação de um Estado Palestino estável, viável e que coexista com Israel, saudando a iniciativa de George W. Bush de promover no Outono conversações sobre a criação do Estado Palestino. O Hamas não foi sequer mencionado.

No dia 13 de Agosto, uma comissão parlamentar britânica avisou que o boicote ao Hamas é contraproducente. A comissão afirmou que a política baptizada de "Cisjordânia antes", que prioriza as relações com a Fatah e isola o Hamas, apenas terá como consequência piorar as perspectivas de paz. Na semana seguinte, um porta-voz do Hamas, Mousa Abu Marzook, afirmou no diário britânico The Guardian que o Hamas estava pronto para o diálogo: "O partido de Abbas não representa democraticamente os palestinos, e o que está em curso neste momento é uma ditadura na Cisjordânia, saudada com agrado por Israel e pelos seus aliados ocidentais. A duplicidade da situação é vergonhosa. Israel e os seus aliados foram rápidos a dispensar o Hamas e os governos de unidade nacional, isolando ambos, e estão neste momento a ser

igualmente rápidos a aplaudir um governo ilegalmente formado e auto-proclamado 'governo dos palestinos'. Será isto a democracia?"

No dia 3 de Setembro, Mahmud Abbas publicou uma nova lei eleitoral que prejudica o Hamas e beneficia a Fatah. A lei prevê a anulação dos círculos distritais (onde o Hamas tem mais força), e que todos os candidatos presidenciais e parlamentares reconheçam a Organização de Libertação da Palestina - dominada pela Fatah - como o "único representante legítimo" do povo palestino.

Entretanto, o dirigente mais popular da Fatah, preso em Israel há já cinco anos, Marwan Barghouti, teceu duras críticas ao seu partido e à conferência internacional de paz convocada pelos Estados Unidos com o acordo do Presidente Abbas. Barghouti acusou a Fatah por não ter "aprendido a lição" com a tomada da Faixa de Gaza pelo Hamas, e apelou à Fatah para que convocasse uma assembleia extraordinária para renovar o Comitê Executivo e o Conselho Revolucionário, de modo a que o movimento estivesse preparado para qualquer nova "eleição legislativa ou presidencial".

O Hamas rejeitou a nova legislação eleitoral, considerando-a "ilegal". O presidente "não tem o direito de fazer modificações na lei palestina nem de organizar eleições sem o consentimento do Hamas", declarou um porta-voz do movimento.

A tão esperada conferência de Paz de Annapolis, realizada em 28 de Novembro, decidiu apenas o regresso à mesa de negociações, desenvolvendo esforços para que um acordo esteja concluído até o fim de 2008. Em Gaza, convocados pelo Hamas, dezenas de milhares de pessoas manifestaram-se no contra a conferência. O primeiro-ministro deposto, Ismail Haniyeh, disse que "a conferência de Annapolis vai ser um Outono sem frutos".

No dia 2 de Dezembro, o governo israelita libertou 429 prisioneiros palestinos, como demonstração de "boa vontade" No entanto, Mustafa Barghouti, secretário-geral da Iniciativa Nacional Palestina, denunciou que desde a última libertação de presos, em 1 de Outubro, Israel prendeu 808 palestinos, incluindo 22 crianças. "Isto significa que a libertação de 429 presos sequer significa um regresso à situação de dois meses antes. O número total de prisioneiros palestinos está, de facto, a aumentar."